

A PREVALÊNCIA DE HIV NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2020 A 2022

Data de aceite: 01/02/2024

**Cristina Rosângela do Nascimento
Carneiro**

Aliane Suely de Souza Mendes Mouta

Thaila Baptista Leitão

Carolina Soares Chady

Yasmin de Moraes Boerner

Gabriel Campos Maués

Cecilia Ribeiro Guerra

Hemannuella da Silva Costa

Evelyn Borges da Silva

Luiza Maria de Souza Brandão

Caio Daniel Monteiro Martins

Raissa Maria Chaves Lobato

Paulo Lucas Paes Duarte

públicas de mitigação da transmissão. Trata-se de um estudo quantitativo acerca dos casos de infecção pelo HIV, utilizando como referência o banco de dados do Ministério da Saúde do Brasil, o DATASUS, na plataforma TABNET. Diante do exposto, pôde-se concluir a necessidade urgente de criação de políticas públicas que diminuam o quantitativo de novos casos de infecção ocasionada pelo HIV.

PALAVRAS-CHAVE: HIV; Epidemiologia; saúde pública

INTRODUÇÃO

Nos anos 80, iniciou-se uma pandemia desencadeada pelo Human Immunodeficiency Virus (HIV), sendo implementado no Brasil medidas governamentais e sociais para o enfrentamento deste grave problema de saúde pública (Monteiro, 2019). A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), comumente conhecida como AIDS, trata-se do agravamento dos casos de HIV. Ademais, nas últimas décadas, o Estado desenvolveu medidas de contingência para a morbimortalidade por SIDA no país,

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo principal a demonstração dos dados epidemiológicos acerca dos casos confirmados de infecção por HIV. Como objetivo secundário, há a proposta de auxiliar o entendimento acerca das políticas

sendo distribuído gratuitamente e universalmente uma terapia antirretroviral, além de educação em saúde acerca das medidas profiláticas sobre a transmissão do vírus (Santos, 2020).

Diante do cenário mundial de indicadores consideráveis de novas infecções pelo HIV, em 2014, lançou-se pela Nações Unidas, o UNAIDS, com o intuito de eliminar os casos de AIDS no mundo, até o ano de 2030 (Agostini, 2019). Tal meta seria atingida pela “90-90-90”, que tem como meio a testagem de 90% da população com HIV, tratar 90% dos casos positivos e manter 90% das pessoas com carga viral indetectável. Assim, o Governo do Brasil é uma das nações que assumiu tal objetivo (Mollinar, 2020).

O Brasil, desde meados da década de 90, a política de erradicação da AIDS no país, com a diretriz de promoção ao diagnóstico precoce do HIV, para assim, evitar complicações. Sendo um grave problema de saúde pública desde essa época, até hodiernamente (Tavares, 2021).

Nesse aspecto, o presente estudo tem como objetivo principal a demonstração dos dados epidemiológicos acerca dos casos confirmados de infecção por HIV. Como objetivo secundário, há a proposta de auxiliar o entendimento acerca das políticas públicas de mitigação da transmissão.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo acerca dos casos de infecção pelo HIV, utilizando como referência o banco de dados do Ministério da Saúde do Brasil, o DATASUS, na plataforma TABNET. Ademais, foram necessárias cinco etapas, sendo elas: delimitação do critério de inclusão, busca no banco de dados, análise dos dados encontrados, refinamento dos indicadores em tabelas e por fim a compilação dos dados relevantes. Como critério de inclusão, foi delimitado o uso dos indicadores acerca das novas infecções pelo HIV, publicados pelo Ministério da Saúde sobre os anos de 2020 até 2022.

RESULTADOS

Durante a pesquisa, pode-se obter os valores absolutos acerca do objetivo proposto. Visto posto a necessidade de notificações compulsórias, sabe-se a importância de sistemas de dados de livre acesso do público, como o TABNET, para a população ter ciência acerca dos reais dados de infecção do HIV no país.

Entre os anos de 2020 a 2022, o mundo vivenciou um cenário pandêmico, visto posto a disseminação do COVID-19. Diante disso, muitas doenças de notificação compulsória foram

Ano Diagnóstico	Frequência
TOTAL	38.795
2020	15.854
2021	16.889
2022	6.052

Tabela 1 - valores absolutos dos casos confirmados de infecção pelo HIV entre os anos de 2020-2022

Fonte: Ministério da Saúde, 2023

Como demonstrado na tabela 1, entre os anos de 2020-2022, houveram um total de 38.795 casos registrados de novos diagnósticos de HIV no Brasil. Sendo este um grave indicador de saúde pública, visto posto que há programas de promoção de saúde para mitigar a propagação deste vírus. Demonstrando que no ano de 2022 obteve uma baixa notificação, com o quantitativo de 6.052 novos casos registrados. Entretanto, isso não significa que houve uma diminuição da transmissão, mas sim que houve uma diminuição considerável na busca ativa por testes rápidos.

Durante o período estudado, o país enfrentava a pandemia pelo Covid-19, sendo assim, tal fator influenciou diretamente os indicadores de notificação e de infecção. Questiona-se na comunidade científica se o isolamento social instaurado entre esses anos, acarreta em menores casos de infecção, entretanto, não há evidências suficientes que corroboram com tal possibilidade (Lima, 2021).

Além da necessidade de expandir a testagem e o tratamento antirretroviral, impõe-se implementar políticas públicas de conscientização sobre as formas de transmissão e de prevenção do HIV (Brandão, 2022). No que se refere à prevenção, a Profilaxia pós exposição (PEP) vem sendo utilizada desde 1990, mas em 2020 tornou-se parte dos cuidados à prevenção do HIV pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo utilizado após a exposição do vírus. Já a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), foi implementada pelo SUS em dezembro de 2017, para uso antes da exposição ao HIV. Os dois métodos de intervenção são importantes para o controle da transmissão do HIV entre os indivíduos de maior risco, como profissionais do sexo e usuários de drogas, mas também para pessoas expostas acidentalmente por meio de perfurocortantes contaminados. No entanto, o conhecimento da população alvo e geral acerca de tais métodos ainda é baixo em todo o mundo (Werle, 2021).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pôde-se concluir a necessidade urgente de criação de políticas públicas que diminuam o quantitativo de novos casos de infecção ocasionada pelo HIV. Ademais, torna-se indubitavelmente necessária a detecção precoce dos novos casos de infecção, para o tratamento em tempo oportuno com o objetivo do quadro clínico de intransmissibilidade. Por fim, questiona-se a necessidade da educação sexual em algumas faixas etárias, visto posto o tabu acerca do assunto.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Rafael et al. A resposta brasileira à epidemia de HIV/AIDS em tempos de crise. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4599-4604, 2019.

BRANDÃO, Marlise Lima et al. A epidemia HIV em adultos jovens na perspectiva da epidemiologia crítica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e9511124929-e9511124929, 2022.

MOLLINAR, Alexia Bárbara Porto et al. Qualidade de vida de jovens vivendo com HIV, no Brasil, por transmissão vertical: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 4, p. 9167-9184, 2020.

LIMAS, Flaviane Marizete et al. Estudo ecológico da epidemia hiv/aids em adultos jovens: estamos prevenindo ou tratando?. **Cogitare Enfermagem**, v. 26, 2021.

MONTEIRO, Simone Souza et al. Desafios do tratamento como prevenção do HIV no Brasil: uma análise a partir da literatura sobre testagem. **Ciencia & saude coletiva**, v. 24, p. 1793-1807, 2019.

SANTOS, Ana Cláudia Freitas et al. Perfil epidemiológico dos pacientes internados por HIV no Brasil. **Revista eletrônica acervo saúde**, n. 48, p. e3243-e3243, 2020.

TAVARES, Mariana de Paula Martins et al. Perfil epidemiológico da AIDS e infecção por HIV no Brasil: Revisão bibliográfica. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 786-790, 2021.

WERLE, Josiel Elisandro et al. HIV/AIDS em região de tríplice fronteira: subsídios para reflexões sobre políticas públicas. **Escola Anna Nery**, v. 25, p. e20200320, 2021.